



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15836 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
 ISSN: 2595-7945  
 GT 06 - Educação Popular

**A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA CULTURAL EM MOÇAMBIQUE NO PERÍODO DAS LUTAS ANTICOLONIAIS**

Florentino Maria Lourenço - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

**A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA CULTURAL EM MOÇAMBIQUE NO PERÍODO DA LUTA ANTICOLONIAL**

*Nós pensamos que a escola é uma das instituições nacionais que devem sofrer uma mudança profunda para que o nosso povo se possa sentir completamente livre (FRELIMO, s/d, p. 80).*

Início a escrita do presente trabalho dialogando com uma questão nodal e representativa dos processos de enfrentamento coloniais em países africanos: a importância da escola em Moçambique, antes e após os processos de luta por independência anticolonial, quando fomos convocados enquanto povo a inventar soluções para novos contextos gerados após a revolução moçambicana. Nesse sentido, creio ser fundamental explicitar, que a temática deste texto é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo consiste em investigar os processos de formação de professores no período pós-revolucionário moçambicano, buscando compreender o papel da educação e da cultura no processo de libertação nacional (Cabral, 1978).

Assim, a propositura da presente reflexão se move num território cuja independência anticolonial é recente, isto é, ocorrida há apenas 49 anos, sendo importante registrar que o colonialismo português se operacionalizou pela negação do outro em todas as suas dimensões, seja a ontológica, a epistêmica, a histórica e a cultural, onde a instrução/educação eram instrumentos de aculturação e de assujeitamento do Outro, como escreveu o Cardeal Gouveia: é preciso “educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atração das cidades” (Mondlane, 1995, p. 56).

Por isso, falar da educação no período da independência é uma tarefa atravessada por desafios e complexidades, porque nela foi confiada a missão de inverter a ordem cultural hegemônica, ensinando ao *Homem Novo* o caminho para a dignidade e sua autodeterminação. Do ponto de vista teórico-metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada

na análise bibliográfica, de cunho documental e em entrevistas semiestruturadas aos antigos participantes das lutas pela libertação, sobretudo àqueles(as) vinculados ao campo da educação. A partir da delimitação, a questão que nos inspira investigar é colocada nos seguintes termos: qual é o sentido da escola na reconstrução do país? A resposta demanda uma argumentação aprofundada, sustentada na concepção histórico-crítica que nos possibilita compreender relações pedagógicas, históricas e político-ideológicas desenvolvidas nas tensões e disputas no campo educacional /cultural.

Para compreender o significado da escola em Moçambique é preciso reconstruir a história colonial e ter a coragem necessária para raspar as feridas que parecem saradas, mas que guardam por cima das cicatrizes, uma convulsão. O negro sempre teve o olhar diferente da escola, porque nele foi ensinado a depreciar a sua cultura e civilização, a ser inferior do branco, a temê-lo (Cabral, 1978). Ngugi (1971, p. 30) denomina-a de “escola dos patrões” cuja tarefa é “ensinar a desprezar nós mesmos e considerar com reverente admiração o quanto se realiza na Europa”.

Na colônia a escola estava a serviço do regime colonial. Os espaços escolares não abordavam a geografia, a história, a filosofia e as inteligências do povo negro. Porém, um dos primeiros atos do governo revolucionário após a independência, foi o processo de nacionalização da educação através do decreto nº 12/75 de 6 de setembro, que consistiu em tornar o ensino estatal e como direito de todos cidadãos.

A escola passa a ser entendida como um direito humano e não uma dádiva política (Arroyo, 2003). A nacionalização da saúde, justiça e educação foi um dos processos mais prioritários e complexos de materialização da revolução, segundo Taimo (2019, p. 80)

A educação talvez fosse o sector mais difícil na medida em que não se tratava somente de passagem de pastas ou diálogo, mas de lidar com conteúdos enraizados que eram veiculados nos livros didáticos para a reprodução colonial. Através dos conteúdos curriculares era perpassada a ideologia marcante do colonialismo e capitalismo

Taimo (2019) sinaliza que o governo da Frelimo compreendia ser fundamental fazer chegar às massas populares as conquistas da independência, devolver, desenvolver e garantir o acesso à saúde, à habitação e à educação, porque estes setores em grande medida foram usados como meios de exploração colonial.

Assim, era chamada a cumprir a sua dimensão política e de intervenção social, formando o Homem Novo, saído da revolução capaz de “vestir” novos valores ideologicamente traçados pela elite política ‘socialista e marxista-leninista’.

A escola precisava transformar-se e superar os fantasmas ocidentais. Era necessário “individualizar o conteúdo da educação tradicional e da educação colonial a fim de combater os seus efeitos na nossa mentalidade e na nossa vida social” (Machel, 1981, p. 17).

A escola era um espaço onde se poderia forjar o futuro, emancipando-se o povo, aprendendo-se o trabalho em estreita ligação com a escola e principalmente aprendendo a pensar de forma anticolonial. Nela “são [eram] lançadas as boas sementes que fazem nascer o homem forte, que fazem nascer: o homem de amanhã, o homem socialista, o homem comunista” (Machel, 1981, p. 13).

Em síntese as entrevistas em andamento sinalizam que neste período não compreendeu a escola como redenção, capaz de resolver todos problemas, mas como território/espaço importante para a construção das identidades e da nação. Ao se defender a escola como território reconhecia-se que nela para além da natureza, existiam vidas com sentimentos, com história em busca de reestruturar a aprendizagem para fortalecer o capital humano e desenvolver o capital social logo após a Revolução de junho de 1975.

**Palavras-chave:** Moçambique, Educação, Pós-independência, Reconstrução nacional.

## **REFERÊNCIAS**

ARROYO, M. G. **Pedagogias em movimento:** O que temos a aprender dos movimentos sociais. Currículo sem Fronteiras, Belo Horizonte, UFMG, v. 3, n.1 p.28-49, 2003.

CABRAL, A. **A arma da teoria.** Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

FRELIMO. **Documentos base da Frelimo.** Maputo: 3º Congresso, s/d.

MACHEL, S. M. **Discurso de Samora na Reunião nacional de educação.** Maputo, 1981.

MONDLANE, E. **Lutar por Moçambique.** Maputo: Coleção nosso chão, 1995.

NGUGI, J. L' **Africa per progredire ha bisogno del suo passato.** Corriere Unesco, n. XXIV, 1930.

TAIMO, J. U. **História e política do ensino superior em Moçambique.** Maputo: Instituto de Governação, Paz & Liderança, 2019.